

Apresentação

Prof. Me. Giovani Ferreira Bezerra

Caro leitor, este é o volume 3, número 9, da Revista *Interfaces da Educação*, publicada pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, em articulação com o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, ofertado nessa unidade universitária. O presente número está organizado na forma de um dossiê, cujos artigos versam sobre a temática *Inclusão Escolar e Violência*. Seus organizadores convidaram-me para redigir esta apresentação, tarefa que, devo confessar, aceitei com grande prazer e alegria, sobretudo porque, dadas algumas circunstâncias particulares de minha vida, estou de partida para outra instituição universitária, prestes a (d)escrever e percorrer novos itinerários, novas rotas, como gosto de dizer. Tenho, pois, evocado muitas recordações, retomando, como quase sempre ocorre nesses momentos, aspectos marcantes de minha trajetória pessoal e acadêmica até aqui.

Ora, assim sendo, é-me difícil falar da *Interfaces da Educação* sem ser emotivo, pelo que sou levado a subverter, em certa medida, a rigidez protocolar. De fato, tenho acompanhado o percurso dessa revista desde sua origem, seja como autor, seja como um observador entusiasta. Com ternura, lembro-me de que fui um dos participantes do evento que deu origem ao primeiro número da revista, quando, naquela ocasião, alguns artigos apresentados na forma de comunicação oral foram, *a posteriori*, selecionados para publicação, inclusive sendo um deles escrito por mim e minha orientadora¹. A essa primeira colaboração como autor², outras se seguiram³, até que, após um período considerável sem a publicação de trabalhos de minha (co)autoria no referido periódico, experimento, agora, o privilégio de participar diretamente em mais um de seus números, na condição de autor-apresentador. Nesse sentido, alguns de meus itinerários se cruzam com aqueles da própria revista, a qual vi nascer, acompanhando de perto seus primeiros

¹ O evento que menciono é o *VI Seminário em Educação e II Colóquios de Pesquisa*, realizado, em 2009, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba-MS, organizado, naquela ocasião, pela professora Dra. Silvane Aparecida de Freitas, tendo como mote *A formação do professor enquanto prática social*. Por isso, este também foi o título dado ao primeiro número da *Interfaces da Educação*. Cumpre esclarecer, ainda, que, de início, a revista esteve sob a coordenação direta da professora Dra. Silvane Aparecida de Freitas, sua principal idealizadora, sendo esta substituída, após meados de 2011, pelo professor Dr. José Antonio de Souza, que assumiu a função de editor-chefe do periódico.

² Este foi o primeiro trabalho que tive publicado na revista:

BEZERRA, Giovani Ferreira; ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro. Fundamentos teóricos para a avaliação escolar frente à inclusão de alunos com deficiência mental: da prática autoritária para a prática inclusiva. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 1, n. 1, p. 83-94, 2010a. Disponível em: <<http://periodicos.uems.br/novo/index.php/interfaces/article/view/9/7>>.

³ As demais publicações aludidas, também em coautoria, foram estas:

BEZERRA, Giovani Ferreira; ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro. Falar é preciso: algumas reflexões sobre o desenvolvimento cognitivo da linguagem em crianças com deficiência intelectual. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 1, n. 2, p. 44-54, 2010b. Disponível em: <<http://periodicos.uems.br/novo/index.php/interfaces/article/view/20/18>>.

BEZERRA, Giovani Ferreira; SANTANA, Maria Silvia Rosa. A educação de jovens e adultos: notas históricas e proposições críticas. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 2, n. 5, p. 93-103, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uems.br/novo/index.php/interfaces/article/view/1292/688>>.

passos e conquistas, possíveis graças ao esforço diuturno de seus idealizadores, organizadores e colaboradores.

Posso dizer, nessas condições, que a *Interfaces*, como costumamos chamá-la afetiva e abreviadamente, tem exercido grande influência na minha formação e atuação como pesquisador. Por isso, é com satisfação ainda maior que a tenho visto se consolidar, em pouco tempo, como um importante periódico na área da educação, atualmente reconhecido pelas avaliações da Capes com *qualis* B4 e já com significativa repercussão no cenário nacional. Prova disso é que, cada vez mais, pesquisadores de outros Estados da Federação e de outras instituições têm procurado a revista para divulgar seus estudos e pesquisas, sinal evidente de que a comunidade acadêmica a (re)conhece e lhe confere credibilidade científica. Nada mais justo – e esperado – para um periódico que, desde sua concepção, adota uma perspectiva pluralista e *multifacética*, aberta a diversas correntes teórico-metodológicas, publicando, a cada edição, artigos inéditos sobre distintas (inter)faces e abordagens de um determinado eixo temático, em suas múltiplas (inter)conexões com o fenômeno educativo. Essa linha editorial, ao que me parece, segue deveras exitosa, em especial neste número, no qual *inclusão escolar* e *violência*, assuntos normalmente discutidos em pautas separadas, não obstante guardarem íntima relação entre si, são os temas-chave, captados pelos articulistas sob diferentes ângulos e recortes temáticos.

No artigo *A importância da família no processo de inclusão*, André Suehiro Matsumoto e Adriane Roberta Ribeiro de Macedo problematizam o papel e a participação da família na contemporaneidade, principalmente no que tange às questões educacionais inclusivas, com ênfase nas crianças com necessidades educacionais especiais (NEE). Para os autores, “A família possui um papel de suma importância no processo de inclusão social do indivíduo com deficiência. É no meio familiar que os primeiros passos para a construção da autonomia e da independência se iniciam, apesar do impacto e do choque após o recebimento da notícia e até mesmo das alterações na identidade da família decorrente de possuir um membro deficiente”. Dessa perspectiva, salientam, também, a necessidade de um relacionamento mais próximo entre a família e a escola, de modo que esta possa atender, da melhor forma possível, os anseios, as demandas e as necessidades dos educandos com deficiência, à medida que essas duas instituições compartilhem experiências e conhecimentos sobre o desenvolvimento da criança com NEE.

Acessibilidade das pessoas com deficiência física é o artigo assinado por Cláudia Moraes de Andrade Souza e Raquel Rosan Christino Gitahy. As pesquisadoras abordam o direito de locomoção das pessoas com deficiência física, considerando-se o atual contexto da sociedade inclusiva, que requer a eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais, entre outras, para a efetiva participação de todos os indivíduos. Torna-se necessário, para que a inclusão social aconteça, um movimento de adaptação da sociedade em relação às pessoas com deficiência, sujeitos de direitos como quaisquer outros cidadãos, e não o contrário. Nesse sentido, Souza e Gitahy esclarecem o leitor sobre dispositivos legais e orientações técnicas que, no Brasil, regulamentam normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida nos espaços e edificações públicos. O artigo enfatiza, especialmente, as recomendações da *Associação Brasileira de Normas Técnicas* (ABNT) para a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, conforme expressas pela ABNT/NBR 9050:2004, disponibilizando algumas ilustrações que exemplificam tais normatizações técnicas e facilitam sua compreensão.

Elielson Ribeiro de Sales, Adriane de Castro Menezes Sales e Francisco Hermes Santos Silva são os autores do artigo *Deficiência e Educação: uma perspectiva*

histórica da educação de surdos. Os pesquisadores têm como objetivo principal descrever a trajetória histórica, tanto geral como nacional, da educação das pessoas com deficiência, com destaque para os surdos, segundo já antecipa o título. Depreende-se com a leitura do artigo que o intuito é revisar as propostas educacionais direcionadas às pessoas com surdez ao longo do tempo e na atualidade, quando tais propostas se interpenetram, “desenhando um cenário de realidades diversas, com avanços e entraves de várias ordens”, na expressão dos articulistas. Pode-se destacar a cadência do texto, que tem uma organização expositiva bem didática e panorâmica, com prevalência da síntese histórica. Desse modo, o artigo se constitui em uma fonte de consulta interessante para quem deseja iniciar uma aproximação com o assunto. No que tange à educação dos surdos, os autores expõem as três abordagens metodológicas principais, que, ainda hoje, rivalizam entre si: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo, lembrando que, atualmente, esta última tem sido a mais aceita.

No artigo *Educação na perspectiva inclusiva: uma reflexão sobre o processo a partir das representações dos gestores de uma escola especial de Santa Maria – RS*, Daiane Pinheiro e Fabiane Adela Tonetto Costas problematizam as representações discursivas de professores de uma escola especial. A partir de dados coletados com a realização de entrevistas, as pesquisadoras lançam algumas críticas à forma generalizada e impositiva pela qual a inclusão de alunos com deficiência vem ocorrendo nas escolas comuns brasileiras, sem garantias mínimas para o desenvolvimento educacional desses alunos, sobretudo no caso daqueles com severos comprometimentos funcionais e cognitivos. Pinheiro e Tonetto enfatizam o descompasso e a lacuna entre as políticas públicas inclusivas e as possibilidades concretas de as escolas comuns efetivarem-nas, mantidas as condições atuais, o que pode acentuar a exclusão, em vez de combatê-la. Salientam a importância de uma gestão democrática e participativa para subsidiar os processos educacionais inclusivos, lembrando o papel estratégico desempenhado pelo projeto político-pedagógico (PPP) para a organização das instituições escolares inclusivas. E, com base no relato dos professores entrevistados, explicitam entraves à permanência desses alunos nas escolas comuns, situação que estaria provocando até mesmo o retorno de estudantes com deficiência à escola especial. Todavia, importa mencionar que as autoras não se opõem radicalmente à perspectiva da inclusão escolar, mas questionam as contradições e insuficiências do modelo inclusivo ora (im)posto.

Em *Inclusão e professores: representações discursivas*, Hanna Caroline Neyris Corrêa da Costa, Doracina Aparecida de Castro Araujo e Silvane Aparecida de Freitas analisam os discursos veiculados pela *Revista Nova Escola* sobre a temática da educação inclusiva, tomando como mote para suas reflexões a reportagem *A escola que é de todas as crianças*, publicada em 2005 nesse periódico. As autoras adotam como referencial teórico-metodológico os pressupostos da Análise do Discurso e chegam à conclusão de que, mediante as proposições da revista, o professor é, de forma unilateral, responsabilizado pela defesa e promoção de práticas educacionais inclusivas. Dessa forma, outros segmentos e instâncias sociais podem se tornar omissos no processo de inclusão escolar, tais como os gestores, coordenadores, profissionais administrativos, os governantes, a comunidade do bairro e os familiares. Segundo ressaltam as pesquisadoras, “Não é somente a ação isolada do professor que trará resultados profícuos nesse processo”, fazendo-se necessário o trabalho coletivo para potencializar a educação inclusiva.

Nathaly dos Santos Nascimento Matricardi e Samira Saad Pulchério Lancillotti assinam o artigo *Método de atendimento educacional do aluno surdo: análise da produção da ANPED 2000/2010*. As pesquisadoras investigam, a partir de trabalhos

apresentados nas reuniões anuais da *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação* (ANPEd), entre os anos de 2000 e 2010, “o debate acadêmico recente acerca do método adequado à educação do surdo”. E, para compreender a realidade atual, marcada pelas contradições entre inclusão e exclusão, decorrentes, sobretudo, da lógica social capitalista, Matricardi e Lancillotti recorrem à *ciência da história*. Municiadas com esse referencial, as autoras problematizam os principais métodos de atendimento educacional à pessoa com surdez, quais sejam, o *Oralismo*, *Comunicação Total* e *Bilinguismo*. Em sua análise, evidenciam que tais métodos responderam e ainda respondem a determinadas condições materiais e sócio-históricas. Nessa direção, as autoras rejeitam as teses inclusivistas centradas no multiculturalismo e no relativismo pós-moderno, que tendem a reforçar a exclusão, haja vista a ênfase nas diferenças, em vez de sinalizar para a transformação social. Daí lançarem algumas críticas e questionamentos tanto ao conceito de *cultura surda*, como à naturalização, por muitos pesquisadores, da própria Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

No artigo *Trajetória histórica oficial do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade - documentos orientadores no âmbito municipal*, Jassonia Lima Vasconcelos Paccini apresenta resultados iniciais de sua pesquisa de doutoramento. A autora toma como objeto de estudo as políticas educacionais inclusivas, que ganham corpo, sobretudo, a partir da década de 1990, mediante a realização de conferências internacionais, pautadas no lema da *educação para todos* e na *satisfação das necessidades básicas de aprendizagem* de quaisquer estudantes. Nesse texto, a maior preocupação de Paccini é descrever, em detalhes, a trajetória histórica oficial do Programa *Educação Inclusiva: direito à diversidade*, um Programa de capacitação de recursos humanos proposto pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP), com o objetivo de orientar os dirigentes estaduais e municipais na implementação de sistemas educacionais inclusivos em nosso país. A pesquisadora adota, como recorte temporal, o período que se estende desde o lançamento do Programa, em 2003, até o ano de 2010, intervalo de tempo correspondente, no Brasil, aos dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva, em cuja gestão se intensificaram as discussões sobre inclusão escolar. Pelos dados apresentados, é possível compreender o funcionamento do Programa, sua abrangência nacional e sua organização em municípios-polo, bem como sua ênfase às deficiências e superdotação.

Odair França de Carvalho, com o artigo *A educação escolar prisional no Brasil: identidade, diretrizes legais e currículo*, discute a constituição do espaço escolar na prisão, tendo como preocupação central o homem preso, e não o aprisionado, termo que, como pude depreender de sua leitura, designaria o indivíduo que deixa de ser sujeito e perde sua identidade ao ingressar no sistema prisional. Carvalho salienta a importância da educação formal para a população carcerária, pois esta, em sua maioria, é composta por homens e mulheres jovens, com idade entre 18 e 34 anos, cuja escolarização apresenta-se comprometida, muito próxima do analfabetismo e/ou do analfabetismo funcional. A educação escolar representaria, assim, uma possibilidade para a formação do *homem preso*, contribuindo para o resgate de sua cidadania e para a (re)construção de sua identidade. Para tanto, torna-se necessário, do ponto de vista das políticas públicas, levar em conta as especificidades do espaço prisional e dos *homens presos*, a fim de que se possa organizar as atividades escolares a partir dessa realidade conflituosa. Nesse sentido, emerge como desafio a construção de um currículo inovador e flexível para a educação dos jovens e adultos presos, a ser respaldado, conforme defende o autor, pelo enfoque multicultural.

Luciana Prezotto Broglio e Flávia Baccin Fiorante são as autoras do artigo *Agressividade nas aulas de Educação Física escolar: observando e analisando a prática pedagógica*. Neste, com dados coletados a partir da observação empírica, Broglio e Fiorante apresentam um relato minucioso sobre aulas de Educação Física ministradas para turmas de 6º ano do ensino fundamental, em quatro escolas estaduais do interior paulista. As pesquisadoras analisam, em particular, a relação estabelecida entre alunos e professores dessas turmas, com o objetivo precípuo de discutir a existência ou não de situações de agressividade e/ou de violência e conflito durante a realização das aulas de Educação Física na realidade pesquisada. E concluem as autoras afirmando que, nas turmas observadas, a agressividade e a indisciplina estão presentes, com maior ou menor intensidade, porquanto a mediação docente se revela escassa ou pautada no autoritarismo, com aulas repetitivas e carentes de planejamento. Em algumas circunstâncias, fica caracterizada a indiferença e a negligência dos professores de Educação Física em relação aos episódios conflituosos, além de se observarem práticas pedagógicas excludentes, marcadas pela segregação entre meninos e meninas, “estratégia” didática que privilegia as atividades esportivas realizadas pelos garotos.

O bullying no âmbito escolar: algumas reflexões, artigo escrito por Gilmar Ribeiro Pereira e Thiago Donda Rodrigues, apresenta uma discussão sobre o conceito de *bullying* e as principais formas de sua manifestação, particularmente no contexto escolar, assunto ainda pouco estudado no Brasil. Caracterizado por atos agressivos deliberados e repetitivos, expressos nas “brincadeiras de mau gosto”, podendo chegar à violência física propriamente dita, o *bullying*, como alertam os autores, desencadeia sofrimento psíquico nas vítimas, que passam a enfrentar situações de humilhação, rejeição e exclusão, orquestradas por seus pares. Nessas circunstâncias, muitos alunos se desinteressam pelas atividades escolares, isolam-se dos demais, ou mesmo se evadem da escola; enquanto outros podem se suicidar ou então reagir com “punhos e armas”. Pereira e Rodrigues reivindicam a revisão das atuais práticas pedagógicas, evitadas de competitividade, individualismo e intolerância às diferenças, defendendo que, por meio “do diálogo, atividades de cooperação, ações solidárias e de reflexões na escola sobre o assunto *bullying*, é possível reduzir tal fenômeno”.

Por fim, no artigo intitulado *O problema da comunicação e convivência como causa dos conflitos na escola e o papel do discurso do professor mediador escolar e comunitário*, Patrícia Cristina Amorim de Carvalho, Elson Luiz de Araujo e José Antonio de Souza também debatem, sob outro enfoque, o problema da violência na escola. Os pesquisadores trazem reflexões sobre o uso da linguagem no contexto escolar, ressaltando que problemas na comunicação interpessoal dificultam a convivência pacífica entre discentes e docentes. Nessa direção, enfatizam que a ausência de diálogo tende a gerar conflitos, precursores de atos violentos. E, como contraponto, relatam a experiência educacional do Estado de São Paulo, onde há o Sistema de Proteção Escolar, um programa criado pela administração estadual em 2009, a fim de combater a violência no interior das escolas públicas. Uma das apostas desse programa tem sido a atuação do professor mediador escolar e comunitário, cujo papel é fomentar o diálogo na resolução dos conflitos, a partir de princípios advindos da justiça restaurativa.

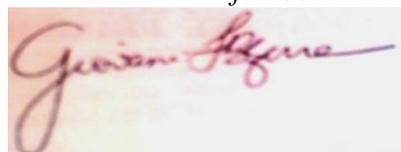
Espero, assim, ter possibilitado uma visão panorâmica acerca do atual número da *Revista Interfaces da Educação*. Após o exposto, concluo ratificando a complementaridade entre os temas inclusão escolar e violência, eixos norteadores do presente dossiê, pelo que felicito seus organizadores. Como expõem ou deixam entrever os artigos acima apresentados, as diversas manifestações de agressividade e os atos violentos são, ao mesmo tempo, causa e consequência da exclusão social e/ou escolar.

Sintoma de uma sociedade em agonia, que, incapaz de possibilitar a todos o pleno desenvolvimento, não vê outra saída senão mitigar as tensões sociais com medidas paliativas e políticas de inclusão. Por isso, estou convicto de que esse debate possa ser aprofundado em outras ocasiões, com novas *interfaces*, sendo imprescindível, para complementar as discussões ora travadas, a participação *responsiva ativa* do leitor/locutor, porquanto, na acepção bakhtiniana,

o ouvinte [que, como penso, pode aqui ser entendido em sentido lato] que recebe e compreende a significação (linguística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude *responsiva ativa*: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor. A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude *responsiva ativa* (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prece de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor. (BAKHTIN, 1997, p. 291, grifos do autor)⁴.

E, já em tom de despedida, faço votos de que a jovem *Interfaces* continue vigorosa, contribuindo para o debate científico e para a formação dos pesquisadores, iniciantes ou já “iniciados”, nessa perspectiva dialógica, polissêmica e democrática que a caracteriza desde a origem. Meu desejo é que este periódico alcance, com a maturidade, uma posição ainda mais destacada entre as revistas acadêmicas que, sob diferentes enfoques temáticos e abordagens teórico-metodológicas, dedicam-se a socializar, mediante a publicação de artigos científicos, estudos e pesquisas na área da educação. A contar pelo empenho e competência de seus organizadores, editores e colaboradores, essa conquista não deve tardar. É nesse entusiasmo que, com um abraço carinhoso, despeço-me de todos, desejando-lhes boa leitura e sucesso em seus itinerários.

Afetuosamente,

A handwritten signature in red ink, appearing to read 'Gerson Aguiar', is centered on a light-colored rectangular background.

Paranaíba, 28 de dezembro de 2012, no final de uma manhã de sol tardio

⁴ BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.